

SUJEITO EPISTÊMICO E MATERIALIDADE DO DISCURSO: O EFEITO DE SINGULARIDADE

Maria Marta Furlanetto*

Resumo: Proponho-me a refletir sobre a subjetividade tal como desenvolvida no quadro da Análise do Discurso (AD), e a responder às seguintes perguntas: o pesquisador pode dizer-se “Eu” no relato, considerando a formação discursiva associada à disciplina científica? Quem esse “Eu” representa, no momento da enunciação? Para isso, examino o conceito de ciência, exploro a AD como saber científico e proponho a análise de um texto, focalizando o modo de inserção do pesquisador em seu relato. Concluo observando que: a) O discurso científico pode “dar corpo” a seu enunciador, que funciona como “aval” para um leitor-destinatário; b) O Eu do cientista é, de certa forma, um excesso, aquilo que transborda do campo da disciplina – aparecendo como uma assinatura duplicada; c) Apesar de provocar um conflito, também se movimenta no espaço de *regularidade* da disciplina.

Palavras-chave: subjetividade; discurso científico; cientista.

Não há uma só frase, um só discurso,
uma única conversa, que não traga a marca
da posição do sujeito quanto ao que ele diz.
(Jacques-Alain Miller, *Lacan elucidado*)

1 INTRODUÇÃO

Minha proposta neste ensaio é refletir sobre a subjetividade tal como desenvolvida no quadro da Análise do Discurso (AD) e responder, com base nessa abordagem, às seguintes perguntas sobre a produção científica: o pesquisador pode dizer-se “eu” (tal como faço aqui) sem fugir ao “rigor” do relato na formação discursiva concernente à disciplina científica? Quais as implicações disso?

A motivação para essa incursão surgiu das perguntas frequentes sobre se é aceitável o pesquisador colocar-se como “centro” de seu relato científico num artigo, numa dissertação, numa tese... Ele deve (des) aparecer ali? Qual o tratamento num relato de pesquisa?

* Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina. Doutora em Linguística Aplicada. E-mail: agatha@matrix.com.br.

Vou explorar essas questões a partir de duas vertentes. Uma diz respeito à imagem socialmente construída para a ciência, ligada ao conceito de objetividade que se pretende a ciência deva perseguir. A outra diz respeito ao desenvolvimento crítico do conceito de sujeito no interior da própria AD.

Início com uma síntese do percurso teórico sobre subjetividade na AD. Uso como referência, para isso, um trabalho de Indursky (2000), em que a autora segue os passos de Pêcheux e pesquisadores associados; acrescento alguns detalhes e comentários quando julgar pertinente.

2 O EFEITO DE SUBJETIVIDADE

Em 1969, em sua primeira obra de grande divulgação (*Análise automática do discurso*), Pêcheux enfrenta a questão da subjetividade estabelecendo que um *sujeito* se encontra sempre *representado* num lugar determinado da estrutura social. Ao focalizar os elementos estruturais que dizem respeito às condições de produção do discurso, ele explora dois esquemas relativos à descrição *extrínseca* do comportamento lingüístico: o conhecido esquema “estímulo-resposta” (derivado de teorias do comportamento) e o esquema “informacional” (derivado de teorias da comunicação: “emissor-mensagem-receptor”). Ele prefere o segundo por ter “[...] a vantagem de pôr em cena os protagonistas do discurso bem como seu ‘referente’.” (cf. PÊCHEUX, 1990, p. 81). Esse é o esquema desenvolvido por Jakobson (cf. JAKOBSON, 1963),¹ e tem seis componentes: um destinador (A), um destinatário (B), um referente (R), um código (L), um contato (à) e uma mensagem (M) que é “transmitida” de A para B. Mas já aqui Pêcheux adota o termo ‘discurso’, esclarecendo que se trata de efeitos de sentido e não necessariamente de “transmissão” (p. 82). A partir daí, ele diz que A e B não podem ser simplesmente organismos em contato, mas “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, tais como “patrão”, “funcionário”, “operário”.

¹ No percurso de Jakobson, a primeira distinção funcional (da época em que estava em Moscou, no primeiro quartel do século XX) é apresentada entre linguagem cotidiana (prática) e poesia (poética). Mais tarde (década de 1930), ele associa essa distinção ao modelo de Karl Bühler, com três funções: referencial, emotiva, conativa. Penso que o reconhecimento de Jakobson com relação à teoria da informação se deve mais à possibilidade de exploração do sistema de traços distintivos da linguagem (oposições binárias), a partir da fonologia, que por sua contribuição ao estudo das funções lingüísticas tais como tratadas aqui.

E prossegue com a hipótese de que “[...] esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo.” (p. 82). *Representado* deve ser lido como *presente, mas transformado* (são formações imaginárias)². Assim, ele define a posição dos protagonistas intervindo nas condições de produção do discurso.

Em 1975 (cf. PÊCHEUX e FUCHS, 1990), a par de uma definição do quadro epistemológico, estabelecendo um dispositivo que associa formação social, língua e discurso, esboça-se na AD uma *teoria não-subjetiva da subjetividade* (ou melhor, da enunciação – o que leva a pensar na posição do sujeito que enuncia). Ao caráter social do sujeito, acrescenta-se a dimensão do inconsciente: o sujeito sofre o efeito de duas ilusões: imagina ser fonte de seu dizer e responsável pelo que diz. Na ótica da psicanálise de Lacan, em que Pêcheux se inspira, o sujeito “não pertence ao registro dos dados, não é um dado. [...] O sujeito não é um dado, mas uma descontinuidade nos dados” (MILLER, 1997, p. 253). Isso corresponde a dizer que “sujeito” não equivale a pessoa nem a indivíduo. Miller diz que o sujeito aparece como uma caixa vazia, onde podem ser inscritas as variações da posição subjetiva (cf. p. 238).

Ainda em 1975, quando publica *Les vérités de La Palice*³, Pêcheux desenvolve o tema da ilusão subjetiva no espaço “imaginário” da enunciação. Ele percebe aí um duplo processo: de imposição e de dissimulação. O sujeito se constitui pelo Inconsciente (o dizer do Outro⁴) e pela ideologia (o histórico), que lhe atribuem um lugar e ao mesmo tempo dissimulam a ilusão de autonomia resultante dessa atribuição (tese da interpelação, efeito-sujeito). A partir daí a expressão *assujeitamento* se tornou um nó da teoria do discurso.

É por essa perspectiva que se cria a *forma-sujeito* (que Pêcheux buscou em Althusser) no interior da formação discursiva, dando conta da função imaginária da subjetividade. Uma vez os indivíduos *interpelados* em sujeitos do discurso, eles se identificariam com a forma-sujeito (sujeito histórico) das

² É a partir daqui que ele formula o conhecido quadro das formações imaginárias relativamente às condições de produção (1990, p. 83).

³ Publicado no Brasil em 1988 como *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

⁴ Nos termos da psicanálise de Lacan, “[...] freqüentemente, o sujeito não sabe que o que diz é uma citação do discurso do Outro e que introduzirá um elemento fundamental, a cisão, a ruptura, entre o dito e o dizer” (MILLER, 1997, p. 241).

formações discursivas, reguladora do que pode e do que deve ser dito em certo espaço e tempo. Como tal, a forma-sujeito apresenta unicidade, e, por via de consequência, também a formação discursiva. Em outros termos, o sujeito do (no) discurso se identificaria ao Sujeito (do saber de uma FD).

No cerne da teoria, contudo, Pêcheux (cf. 1988) precisava resolver o impasse de uma ideologia “eterna”⁵ em sua relação com a (im)possibilidade científica. De fato, como se faria a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos? Era preciso admitir que a interpelação ideológica não se faria homogeneamente. A forma-sujeito aparecerá como efeito de articulação entre um pré-construído (pelo sujeito epistêmico, universal) e o que é articulado pelo sujeito da enunciação. Resultam daí as três modalidades de posicionamento abaixo descritas.

Pela *superposição*, o sujeito do discurso se identifica à forma-sujeito; ele “consente” na reduplicação: este é o *bom sujeito*, aquele que respeita as regras do espaço de onde fala. Pela *contra-identificação*, o sujeito do discurso se contrapõe à forma-sujeito (ele duvida, questiona, contesta...); distancia-se do saber da formação discursiva, cria a diferença e a contradição: este é o *mau sujeito*. Para Pêcheux (1988), trata-se de um *não* que ressoa no interior mesmo da forma-sujeito. Ex.: dissensões no Partido dos Trabalhadores no espaço do governo (criam-se os “radicais”). Pela *desidentificação*, o sujeito do discurso provoca um trabalho de transformação-deslocamento, identificando-se com outra FD e outra forma-sujeito. Pêcheux dirá que se trata de um *trabalho* da forma-sujeito e não de sua anulação; que a ideologia não desaparece: funciona *às avessas, sobre e contra si mesma*. Ocorre um desarranjo e um rearranjo: a interpelação não é um ritual sem falhas... (cf. 1988, p. 218). Como consequência, a unidade e a homogeneidade do sujeito são relativizadas.

A consequência da *contra-identificação* sobre o conceito de forma-sujeito é que esta sofre um desdobramento. A consequência disso sobre o conceito de FD é que nela se estabelece a diferença, a desigualdade de saberes. Ex.: considerando os saberes registrados nos instrumentos gramaticais, que funcionam como prescrição, qualquer uso desviante, consciente ou não, representa uma *contra-identificação*.

⁵ A partir da concepção de Althusser, que Pêcheux relativizou retomando a relação estabelecida por aquele entre ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (cf. PÊCHEUX, 1988, anexo 3; v. também 1997, nota 26). O original foi escrito em 1978 (cf. MALDIDIER, 1990).

A conseqüência da *desidentificação* é um rompimento com a forma-sujeito e rompimento com a FD correspondente. Mas isso não significa que o sujeito se torna livre: ele se identifica com os saberes de outra FD e com a forma-sujeito correspondente. Ex.: a substituição de um credo por outro, de uma doutrina por outra (relativamente ao primeiro credo, trata-se de “apostasia”; relativamente ao segundo, de “conversão”).

O conceito de *interdiscurso* torna-se central no quadro da teoria: corresponde a um todo complexo de FDs, no qual uma aparece como dominante. A esse todo complexo corresponderá, em conseqüência, um complexo de formas-sujeito. Ao lado aparece o conceito de *intradiscurso*, funcionamento que diz respeito ao fio do discurso de um sujeito.

Em 1977, com *Remontons de Foucault à Spinoza* (cf. MALDIDIER, 1990), Pêcheux revisa os conceitos de ideologia, formação discursiva e subjetividade. O impulso que Althusser dera em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, texto publicado em 1970 (cf. ALTHUSSER, 1996) perde parte de sua força quando Pêcheux admite que a ideologia é não idêntica a si mesma (tensão unidade/diferença, mesmo/outro, heterogeneidade). A FD, então, reflete essa tensão: uma coisa e seu contrário, a mesma e outra coisa, divisão. Disso decorre sua constante reconfiguração: perdas, substituições, acréscimos, transferências acontecem continuamente nesse espaço; palavras, expressões e enunciados sofrem mudanças. Sua forma-sujeito também reflete a alteridade: é heterogênea (a *heterogeneidade* aparece como novo tema). Há diferentes posições de sujeito na forma-sujeito. A conseqüência ulterior é a fragmentação do sujeito do discurso entre as posições que pode assumir relativamente a uma FD. Daí o conceito de *posição-sujeito* com respeito à heterogeneidade de uma FD.

A heterogeneidade da forma-sujeito, agora reconhecida, é objeto de análise; não tendo visibilidade na superfície dos textos, ela só pode ser alcançada através de certos dispositivos de análise (indo do texto ao discurso). Daí tornar-se importante a *posição de analista*. O fio do discurso, em seu aspecto seqüencial – o que se chamaria *discursividade* – também passou, a partir de 1980, a a ser um tema da AD, com base na lingüística.

3 REVENDO FOUCAULT – A DISCIPLINA

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1971), ao tratar dos procedimentos que existem em toda sociedade para controlar o discurso, selecioná-lo, organizá-lo e distribuí-lo (p. 10), especifica um deles como a oposição do verdadeiro e do falso, identificado como a *vontade de verdade* (que faz parte dos sistemas de *exclusão*).

No interior de um discurso específico, a divisão entre verdadeiro e falso não é arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta, diz ele. Mas se perguntarmos qual foi e como é essa vontade de verdade que atravessou os séculos, ver-se-á que se trata efetivamente de um sistema de exclusão. Desde há muito se entende e aceita que o discurso verdadeiro será aquele proferido por quem de direito e segundo o ritual exigido (p. 17). Mas isso tem variantes, e histórica e culturalmente a divisão entre falso e verdadeiro muda, desloca-se – tratando-se sempre, contudo, da vontade de verdade.

Práticas específicas reforçam e conduzem institucionalmente aquela partição: a pedagogia, as bibliotecas, as associações, os laboratórios; além disso, há maneiras de valorizar e distribuir os saberes. Enfim, uma prática valorizada, enfatiza Foucault, tende a exercer pressão sobre as outras, os outros discursos. A vontade de verdade (e seus desdobramentos) tem muito peso nas sociedades. O *desejo* e o *poder* estão em jogo, desde sempre, nessa vontade de verdade.. “É nós ignoramos [...] a vontade de verdade como prodigiosa maquinaria destinada a excluir.” (FOUCAULT, 1971, p. 22)⁶.

Quero associar esse sistema de exclusão ao procedimento interno de controle que Foucault chamou “disciplinas”:

[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas como verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: [...] numa disciplina, [...] o que é suposto no início [...] é o que é requerido para a construção de novos enunciados. (p. 32)

[...] para pertencer a uma disciplina, uma proposição deve poder inscrever-se num certo tipo de horizonte teórico: basta lembrar que a pesquisa da

⁶ Tradução minha para todas as passagens citadas.

língua primitiva, que foi um tema perfeitamente aceito até o século XVIII, bastava, na segunda metade do século XIX, para fazer cair qualquer discurso não digo no erro, mas na quimera e na fantasia, na pura e simples monstruosidade lingüística. (p. 35)

E é aqui que se encaixa o discurso da ciência. Mas convém salientar que vontade de verdade não supõe o não reconhecimento ou a não aceitação de proposições falsas: erros não são vistos como resíduos ou corpos estranhos; eles têm função positiva e eficácia histórica, salienta Foucault. Por outro lado, certas verdades podem não ser reconhecidas em seu momento histórico, por não se inscreverem nas regras de uma disciplina específica. Ou seja:

Sempre pode acontecer que se diga o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não se está no verdadeiro a não ser obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que se deve reativar em cada um de seus discursos. (*ibidem*, p. 37).

A identidade do espaço de uma disciplina, é claro, tem a forma de “uma reatualização permanente das regras” (p. 38). Pode-se entender, assim, que a identidade não é um mero dado, mas um processo relativo ao que emerge e que se estabiliza (provisoriamente).

O programa que Foucault propõe para situar-se epistemologicamente e responder a essas contingências históricas e culturais é uma espécie de subversão das perspectivas, considerando que, como ele enfatiza, os sistemas complexos de restrição dos discursos são respostas a um conjunto de temas que a filosofia desenvolveu através da história, deixando o discurso à margem: o tema do sujeito “fundador”, aquele que teria a capacidade de atribuir significação às formas da língua; o tema da experiência originária, que implica a existência de significações primordiais; o tema da mediação universal, pressupondo um *Logos*⁷ que permite à consciência desdobrar a racionalidade do mundo. O discurso aparece, então, como um jogo que é respeitado, honrado, venerado, mas que no fundo provoca uma espécie de temor – uma “profunda logofobia”, segundo Foucault. Para analisar criteriosamente esse temor em seus efeitos, caberia: questionar nossa

⁷ *Logos* é uma palavra grega que sintetiza vários sentidos: linguagem, pensamento ou razão, norma ou regra, ser ou realidade íntima de alguma coisa (cf. CHAUI, 1994, glossário). No contexto em que Foucault a usa, o sentido está associado a razão, causa, fundamento.

vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender a soberania do significante (o privilégio atribuído às formas da língua).

Todo esse desenvolvimento crítico sobre a emergência e o controle dos discursos teve repercussão nos estudos da AD, que tematizou as questões ali presentes.

4 O DISCURSO DA CIÊNCIA – O SUJEITO EPISTÊMICO

É comum ver-se criticada uma imagem de ciência dita centrada no *cogito* cartesiano, que teria permanecido unificada do século XVII até hoje. O cientista, como sujeito “soberano”, teria, no *imaginário* da sociedade que o pensa, a capacidade de chegar à verdade. No entanto, também é comum hoje que os cientistas nos alertem de que cientificamente se procura, aos poucos, descobrir parcelas de verdade. Quem pode negar que há mais verdade na teoria da Relatividade de Einstein do que na teoria de Newton? Esta é uma forma de se pensar na própria imagem que se tem de ciência.

O pretense sujeito cartesiano foi identificado com consciência, certeza de adequação da verdade ao sentido, significado prévio, *Logos* (daí a crítica ao *logocentrismo*, de que Derrida é a figura central). E o *cogito* foi, mesmo, uma fonte de psicologia idealista. Luria, por exemplo, explorando as teses de Vygotsky no âmbito do método clínico, observou que Descartes abriu caminho para que filósofos e psicólogos idealistas afirmassem “que a autoconsciência é uma propriedade fundamental e irreduzível da vida mental, sem história própria” (LURIA, 1990, p. 193)⁸.

Convém lembrar, porém, que Lacan, no contexto da psicanálise, caracteriza o *cogito* como uma passagem (pressuposta) para o conceito de inconsciente. Ele afirma:

Ouso enunciar, como uma verdade, que o campo freudiano não seria possível senão certo tempo depois da emergência do sujeito cartesiano, por isso que a ciência moderna só começa depois que Descartes deu seu passo inaugural.

⁸ Luria defende que a autoconsciência é fenômeno secundário, produto do desenvolvimento sócio-histórico.

É desse passo que depende que se pudesse chamar o sujeito de volta para casa, no inconsciente – pois de qualquer modo, importa mesmo saber *quem* a gente chama” (LACAN, 1985b, p.49).

[...] a substância pensante, pode-se dizer que de algum modo nós a modificamos sensivelmente. Depois desse *penso* que, ao supor-se a si mesmo, funda a existência, tivemos que dar um passo, que é o do inconsciente (LACAN, 1985a, p. 33).

Com esse passo corrige-se, pela “substância pensante”, a posição idealista em referência ao sujeito. O *Ego* do *Cogito* se vê deslocado, e o Outro, a ordem simbólica, o domina. Deslocar, entretanto, não vale por “anular”. Ainda que preso na ordem simbólica, o cientista pode falar de um lugar (posição-sujeito) em que a metalinguagem é a possibilidade da teoria. Explicito isso num tópico adiante.

Miller (1987), em sua interpretação autorizada de Lacan, salienta:

[...] é um erro pensar que Descartes funda, no *cogito*, a identidade eu, eu, eu. O *cogito* cartesiano é uma coisa diferente do eu como função de síntese que os psicólogos testam. É um abuso estender a identidade específica do *cogito* cartesiano a toda a esfera psíquica, a todos os atos, a todos os movimentos, a todas as representações da esfera psíquica (1987, p. 50).

A dúvida hiperbólica de Descartes, na interpretação de Lacan, aparece como tentativa de esvaziamento do universo das representações na esfera psíquica, o esvaziamento do que é *imaginário*. O *cogito* é o que resta desse processo: um resíduo, um sujeito esvaziado – ou melhor, uma função subjetiva. “Eu sou... eu penso” aparece então como possibilidade de pensar, o que se dá em momento fugaz. Esse ponto evanescente, residual, que permite a formação unitária de ser e pensamento “[...] é estruturalmente o agente do discurso da ciência.” (*ibid.*, p. 51). Como não se pode dominar inteiramente o processo psíquico, o *erro* não é aí algo extraordinário – e como tal é reconhecido no contexto das *disciplinas*, como observado por Foucault. De qualquer forma, trata-se de um sujeito que representa o melhor mirante para contemplar (v. também DOR, 1995, cap. 3). É nesse sentido que Miller lembra que a teoria científica tinha de aferrar-se ao significante, separado da significação imaginária, dos valores estabelecidos e institucionalizados. A ciência se faz por heresia.

Por outro lado, segundo Dor, o sujeito da ciência (sujeito epistêmico) dispõe de instrumentos de discurso que “só asseguram adequadamente o

desenvolvimento de um conhecimento positivo porquanto neutralizam o sujeito do inconsciente” (DOR, 1989, p. 128). Ele aparece como o limite das performances imaginárias do Eu [*moi*]. Isso significa dizer que é no discurso científico “que o sujeito do inconsciente está melhor amordaçado” (*id., ibid.*).

O que o cientista faz, em suma, é apegar-se a um dispositivo que o libere, de alguma forma, do envolvimento imediato com o imaginário dos discursos – condição *sine qua non* para a relevância da tarefa. É como se as formulações carecessem de enunciação. “[...] sei muito bem que quando se diz demais ‘eu’, quando se põe a si mesmo na balança, isso sempre parece uma infração ao discurso da ciência, à sua impessoalidade” (MILLER, 1992, p. 51).

Mas, se há um sujeito que resulta de deslocamento, de redução, e que se propõe a pensar e a contemplar, como ele se manifesta no discurso? Ora, aquele que se enuncia como Eu [*moi*] estaria preso nas redes do imaginário social, num mundo subjetivo. Eis como se resolve (em princípio) o dilema: emergindo, ele é imediatamente rechaçado, e aí está o discurso impessoal – aquele que corresponde a uma exigência “epistemológica”.

Assim, ao sujeito epistêmico (figura evanescente), que corresponde à posição de onde se pode produzir conhecimento, não se permite apresentar-se como Eu; neutraliza-se em proveito da emergência do conhecimento: é preciso resistir a uma possível modalização [...] Essa seria uma forma do *sujeito-suposto-saber*, conforme Lacan. Sua forma idealizada, segundo a avaliação de Miller (1992, p. 51), reflete o falante-ouvinte ideal da gramática de Chomsky: há aí uma língua que não se fala⁹.

No textos científicos, um sintoma dessa perspectiva é a ocorrência abundante da “metáfora gramatical”. Em vez de “Eu falo, eu afirmo, eu mostro”, objetos ou instrumentos de investigação compensam a evanescência do sujeito epistêmico, tal como quando se encontra: “Este texto examina, procura mostrar, preocupa-se com[...]”

Considerando o que foi exposto acima sobre o sujeito da ciência, associado à afirmação, na AD, de que só uma teoria não-subjetivista da subjetividade daria conta de observar convenientemente os fenômenos produzidos pela ideologia

⁹ Diria então, por hipótese, que é da contradição entre *eu* e *não-eu* que nasce dialeticamente a figura do cientista.

nas práticas discursivas, chega-se à conclusão de que esse sujeito, resquício da eliminação da dimensão do imaginário, praticamente se confunde com o inconsciente, e nada teria a ver com a pessoa do cientista, e do analista de discurso, por extensão; a própria autoria, função subjetiva, corresponderia ao trabalho de dar impressão de integridade ao que se produz, criando visibilidade¹⁰.

Mas, se se admite que o sujeito tem acesso a parte do que diz, então ele é capaz de “resistência” ao funcionamento da ideologia – o que significa que o possível da neutralidade é o possível do “efeito” de ciência, ainda que ela se faça com material simbólico. E nada impede que se chame *cogito* a esse efeito – “o lugar de possibilidade da metalinguagem” – de onde se pode produzir a “autoconsciência”.

Eliminando-se a conotação ontológica da posição do *cogito* (tal como aparece no discurso de Descartes), e tratando-se essa posição como algo construído historicamente, pode-se situar aí o sujeito da ciência – sujeito da resistência aos dados brutos, densos, perturbadores; ou aos dados (imaginariamente) claros com sentidos transparentes. Assim, do ponto de vista operacional, é esse o observatório de qualquer cientista, ainda que ele mostre que a própria ciência, tal como surgiu e se conduz, é presa de ilusões. Isso significa, no modo como venho conduzindo esta reflexão, que há um conflito permanente para o cientista. O analista de discurso, de modo geral, trabalha numa posição de *contra-identificação* (conforme as modalidades expostas por Pêcheux) ao espaço discursivo da ciência – ou melhor, de uma imagem tradicional de ciência –, mas não se alija dele.

Quando busca relativizar os efeitos da interpelação, Pêcheux é atraído pelo chiste, no contexto da psicanálise, que apareceria, em sua interpretação, como “o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente, a figura mais apurada de seu surgimento. Isso reforça que o pensamento é fundamentalmente inconsciente [...], a começar pelo pensamento teórico [...]” (1988, p. 303).

Essa afirmação de Pêcheux faz pensar nas aproximações feitas por Lacan entre o *cogito* cartesiano e o inconsciente (Outro), sobretudo porque ele diz, em seguida “[...] é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso

¹⁰ Diz Miller, fazendo referência ao Outro da palavra (1992, p. 22): “A quem falo agora? Falo aos que estão aqui, e falo também à coerência que tento manter”.

‘ousar pensar por si mesmo’” (p. 304). Diria que se vislumbra aqui uma face da singularidade – que é um tópico a discutir na seqüência. Por conta disso, é compreensível que Pêcheux, rejeitando a concepção de FD como “máquina discursiva” a impor a repetição, descaracterizando o acontecimento discursivo, admita que o discurso, para além de ser efeito de filiações sócio-históricas, acontece por “[...] um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento em seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, [...] (cf. MALDIDIER, 1990, p. 323).

Saliente-se ainda que Pêcheux atribui à própria divisão do sujeito a possibilidade da “revolta”¹¹. “[...] se [...] a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico.” (1988, p. 302).

5 A METODOLOGIA CIENTÍFICA E O DISCURSO DA CIÊNCIA

Não vem ao caso explorar aqui todos os conceitos que uma obra de metodologia da ciência possa conter. Cabe apenas apresentar de maneira ampla uma concepção não controvertida de ciência, aparato principal e procedimentos, ao lado de estilos de relato científico, ou seja, como uma pesquisa é discursivamente apresentada, para chegar ao ponto-chave deste ensaio. Por isso, utilizo-me de uma obra apenas (mas atual), que subsume, reconhecidamente, muitas vezes: *Roteiros de investigação científica* (RAUEN, 2002).

A ciência compreende um conjunto de conhecimentos – referidos a objetos estabelecidos – que são obtidos a partir de métodos específicos e que são em princípio verificáveis. Um elemento-chave é a racionalidade da ciência (ainda que *razão* e *racional* não sejam conceitos invariáveis nas várias correntes filosóficas). A racionalidade da ciência, contudo, se alicerça em métodos científicos (reconhecidos como tais), em sistemas conceituais de hipóteses, em teorias, em leis, em princípios – ainda que novas teorias, leis e princípios sejam estabelecidos a partir de outros¹².

¹¹ A referência é feita mais especificamente aos conflitos entre classes sociais, daí o termo “revolta”.

¹² Ver, para uma discussão a respeito, Chalmers (1993).

Para quem fosse acirradamente contra um “certo tipo” de racionalidade no âmbito da ciência, esta afirmação é bastante ponderada, e vem de cientistas da área da Física:

Para nós o método científico não é radicalmente diferente da atitude racional na vida do dia-a-dia ou em outros domínios do conhecimento humano. Historiadores, detetives e encanadores – na verdade todos os seres humanos – utilizam os mesmos métodos básicos de indução, dedução e avaliação dos dados que físicos e bioquímicos. A ciência moderna tenta realizar essas operações por um caminho mais cuidadoso e sistemático, [...]. Além do mais, os resultados científicos são amiúde muito mais precisos que as observações cotidianas; eles permitem descobrir fenômenos até então desconhecidos; e entram freqüentemente em conflito com o “senso comum”. Porém o conflito situa-se no plano das conclusões e não da abordagem básica (SOKAL e BRICMONT, 1999, p. 65).

E de qualquer forma, dizem os autores, “[...] não existe (pelo menos até o presente) uma codificação acabada da racionalidade científica; e duvidamos seriamente de que possa vir a existir. [...] a racionalidade é sempre uma adaptação a situações novas.” (ibidem, p. 67).

Isso sintetiza o modo como nos vários campos de conhecimento se produz ciência.

Quanto à redação científica, Rauen (2002, p. 79-83) especifica dois estilos, considerando a divergência de público: o especialista ou o leigo (no caso da divulgação científica). Assim, a linguagem dita especializada é a regra quando se trata de intercâmbio no espaço da comunidade científica. Em todo gênero da esfera científica a dominância é de seqüências dissertativas, embora os gêneros contenham também seqüências descritivas.

Em todos os casos o padrão de exposição é o nível culto, e pressupõe o estilo técnico – que produza efeito de objetividade, simplicidade, precisão, coerência... (cf. p. 80). Embora se possa fazer ressalva a um item como o uso de palavras simplesmente para transmitir idéias, o que coloca um pouco na sombra a direção argumentativa do texto – que pode exigir estratégias mais complexas – entende-se em princípio de que se trata. Não se pode esquecer, porém, que um “sentido preciso” para as palavras usadas só poderia ser esperado de léxico específico das áreas; acontece que uma boa parte do vocabulário empregado na

ciência vai além das fronteiras de uma área, sem contar que a intertextualidade é constitutiva – e nada impede que elemento lexical específico de um campo seja re-significado em outro. Ainda assim, é preciso concordar com o autor quanto a evitar “textos confusos, imprecisos ou obscuros”. Isso pode acontecer, além do mais, quando se detecta incompatibilidade semântica e certas rupturas sintáticas.

O autor apresenta ainda sugestões quanto ao que evitar com referência ao tema: tautologia, adjetivação abusiva, certas frases introdutórias, circunlóquio, locuções verbais desnecessárias e certas expressões comprometedoras (tais como: *Todo mundo sabe que...*, *Como afirma o grande autor...*, *Não há dúvida alguma que...*)

Quanto às “pessoas do discurso”, Rauen observa que o uso simples da primeira (eu) “tem sido proibido no texto científico, em especial, quando o pesquisador não tem renome” (p. 83), mas esclarece que tal prática tem sido aceita, sob a justificativa de que o dono do trabalho é exatamente aquele que o escreve. Se a prática do uso de “nós”, como expressão de modéstia, se prolonga até hoje, também se argumenta que essa é uma forma de o estudioso não assumir o que faz. Por outro lado, a alternativa de tratar-se como algo objetivado (“o pesquisador”) soa como forçada.

Com referência ao direito que o pesquisador teria ao uso de Eu, dado que ele é quem vai responder pelo que escreve (muito evidente quando alguém “defende” uma dissertação ou tese), uma pergunta no plano discursivo é: quem esse “Eu” representa, no momento da enunciação, considerando o que se entende pela prática científica – que se divulga pela escrita, através de um relatório?

6 FAZENDO CIÊNCIA EM ANÁLISE DO DISCURSO

No tópico sobre o discurso da ciência, propus a pergunta sobre como se manifesta o sujeito que resulta de deslocamento, dando-se o direito de contemplar teoricamente, dada a restrição epistemológica de que não deve emaranhar-se no imaginário social, mas produzir o discurso impessoal.

Orlandi, em *A escrita da análise de discurso* (2001, p. 36), faz uma crítica à ingenuidade de crer numa ciência “ortopédica” que se pretendesse uma pedagogia da vida social – o que teria ocorrido na inauguração do aparato teórico. Essa perspectiva estaria sintetizada no desejo de “conscientização” do processo de dominação. Com isso, junto à recusa de que seria possível levantar

os pretensos véus da ideologia, pode-se entender que com o aparato da AD busca-se um tipo de “neutralidade” científica – o que foi previsto por Pêcheux desde o início (cf. HENRY, 1990): embora mudando certas regras da tradicional metodologia das Ciências Sociais, tratava-se, na análise automática do discurso (AAD), de pretensão científica. E é isso que Orlandi situa quando explicita a escrita da AD como um exercício do entremeio em relação à metalinguagem: “sem estar no domínio dos formalismos, deslocamo-nos para um espaço que não é o do senso-comum.” (2001, p. 31). O desenvolvimento e a prática da AD “permitem que se possa afirmar sem hesitações que se trata de uma ciência” (p. 32): tem objeto próprio (o discurso), unidade de análise (o texto), procedimentos analíticos específicos, pressupostos teóricos “que delimitam um campo disciplinar”, resultando daí que produz conhecimento no domínio das ciências humanas. Como campo disciplinar (lembrando Foucault), tem um modo “verdadeiro” de fazer ciência.

Além do mais, a autora fornece uma pista, nesse mesmo capítulo, com referência a fazer ciência “em primeira pessoa”:

Acentuo, agora, minha fala em primeira pessoa, pois estarei falando de minha prática como analista de discurso, para falar como a escrita da Análise de Discurso, no âmbito teórico, já é em si um lugar de desterritorialização. Eu diria que, em minha autoria na Análise de Discurso, a minha escrita remete a Pêcheux, mas não fala do lugar de Pêcheux. E este é um ponto fundamental da relação do sujeito com “suas” formulações, quando se trata da análise de discurso. (2001, p. 36)

7 A PRÁTICA DO ANALISTA – UM EXEMPLO

Para explorar o tema da “escritura da posição-sujeito”, parece-me relevante partir do próprio uso de um analista de discurso, em exposição teórica. Utilizo, então, recortes (em seqüência) de um mesmo capítulo da obra *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*, de Eni Orlandi – intitulado *Análise de discurso e interpretação*¹³. Observo, preliminarmente, que a autora, como sujeito

¹³ Que a autora, eventualmente leitora deste ensaio, não tome como “teste” o que proponho aqui, mas antes se sinta homenageada. Aliás, uma leitura como esta é um exercício previsto coerentemente no campo, como a própria autora diz (cf. 2001, p. 32).

do discurso, optou por começar singularizando-se (Eu). Uso caixa alta reduzida nos elementos que quero salienta¹⁴.

- 1) Este tema foi objeto de um livro que ESCREVI [...] Neste capítulo RETOMO este tema...
- 2) PARTIREI de três pressupostos:...
- 3) É PRECISO LEMBRAR que nesta filiação teórica não há sentido em si,...
- 4) Aqui, LIMITAR-NOS-EMOS à linguagem verbal.
- 5) A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude, incompletude que CONSIDERAMOS como uma qualidade e não um defeito: a falta, como TEMOS DITO em abundância,...
- 6) É isto que CHAMAMOS “a abertura do simbólico”, à qual JUNTAMOS o fato...
- 7) ... EM MEU TRABALHO, a dispersão e a incompletude são tratadas nos limites moventes e tensos entre paráfrase e polissemia,...
- 8) Entretanto, como VEREMOS mais adiante,...
- 9) que CHAMAMOS discursividade é justamente a inscrição dos efeitos da língua na história...
- 10) ... e a questão da interpretação, tal como a CONCEBEMOS, trabalha este deslocamento.
- 11) A Análise de Discurso francesa [...] SURGE em um contexto intelectual afetado por duas rupturas.
- 12) Isso permitia À ANÁLISE DE DISCURSO não VISAR *o que* o texto quer dizer [...] mas *como* um texto funciona.
- 13) Este fato PODE SER PENSADO a partir de trabalhos...
- 14) Há o que DESIGNO como suspensão da noção de interpretação.
- 15) PENSANDO-SE em termos de arquivo, EU DIRIA que A CIÊNCIA TAMBÉM PASSA A PENSAR (a construir) seus arquivos, suas maneiras de ler.

¹⁴ Em alguns recortes ocorrem formas diversas, o que justifico como modo de evitar o rompimento de seqüências muito próximas no texto. O levantamento não é exaustivo, mas abarca quase todo o capítulo, mostrando a distribuição das perspectivas (posições).

- 16) A noção de dispositivo tem, para MIM, um sentido preciso...
- 17) RECONHECE-SE a impossibilidade de SE TER acesso a um sentido escondido em algum lugar atrás do texto.
- 18) A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, TRABALHANDO a opacidade do texto e VENDENDO nesta opacidade a presença do político,...
- 19) ...a análise de discurso COLOCA a questão da interpretação, ou melhor, a interpretação É POSTA EM QUESTÃO pela análise de discurso.
- 20) ... do mesmo modo, PENSO, a interpretação não se fecha. TEMOS a ilusão de seu fechamento quando em realidade ESTAMOS nos efeitos dessa ilusão.
- 21) ... a questão da interpretação é uma questão datada. Não a ENCONTRAMOS como tal no século XVII,...
- 22) que faz efetivamente A ANÁLISE DE DISCURSO: ela INTERROGA a interpretação.
- 23) Esta forma de considerar a interpretação ME PERMITIU deslocar a noção de ideologia...
- 24) Há, neste fato [injunção à interpretação], o que TENHO CHAMADO ilusão de conteúdo,...
- 25) TRATA-SE DA redução do sentido a um conteúdo,...
- 26) No funcionamento da linguagem, como VEREMOS, o seu sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição.
- 27) Na medida em que a ANÁLISE DE DISCURSO TRABALHA o efeito ideológico, ELA TOMA POSIÇÃO face a um conjunto de questões [...] Na construção de SEU dispositivo, ELA TEORIZA sobre o fato da interpretação.
- 28) Nesse sentido, ela se constitui, como TENHO AFIRMADO...
- 29) ... NÓS PODEMOS considerar que não há sentido sem esta possibilidade de deslizamento, logo sem interpretação. Isto NOS permite colocar a interpretação como constitutiva da língua [...], ou melhor, isto NOS autoriza a dizer...

Sujeito epistêmico e materialidade do discurso:...

- 30) Na figura que segue, REPRESENTAMOS os deslizamentos de sentidos que estabelecem a relação da língua com o que TENHO DESIGNADO como historicidade:...
- 31) FALAMOS a mesma língua mas FALAMOS diferente.
- 32) ... está aí o que PODEMOS considerar como efeito metafórico...
- 33) EU DIRIA que é neste lugar [...] que se define o trabalho ideológico,...
- 34) ... PODEMOS dizer que a metáfora...
- 35) equívoco NOS remete ao modo de funcionamento da ideologia:...
- 36) ... no modo como PROPONHO, a interpretação,...
- 37) Quando FALO em gestos de interpretação [...] ESTOU CONSIDERANDO a interpretação como uma prática simbólica [...]. ESTOU assim ESTENDENDO a noção de gesto para outros aspectos da prática simbólica, não considerados por Pêcheux.
- 38) ESPERA-SE do dispositivo teórico que ele produza um deslocamento...
- 39) ... A ANÁLISE DE DISCURSO à qual me filio ELABORA seu dispositivo ligando essas questões da deriva...
- 40) Mesmo se a finalidade primeira é descrever, PENSO que o trabalho do analista de discurso não se limita à descrição.

Este é o *corpus*. O princípio é: a linguagem não é transparente; se fosse, não seria tão instigante estudar seu funcionamento.

Como estou buscando, aqui, algum efeito de singularidade, pela maneira como um sujeito-pesquisador “entra” no processo discursivo, estabeleço em síntese o trabalho de analista citando Orlandi (2001):

Posso [...] pensar a função analítica do texto como lugar do analista trabalhar, na organização (imaginária), a ordem (real) do discurso, atingindo os processos, a memória, a ideologia, pela sua forma imaginária atestada no texto. A organização do texto não expressa, dessa perspectiva teórica, concepções de mundo mas dá indícios de como o autor pratica significações. (p. 12)
[...] o especialista compreende porque lê mediado por um dispositivo teórico que desloca suas maneiras de fazê-lo. (p. 14)

Considerando o *corpus* acima, tentei sistematizar as ocorrências morfossintáticas em sua relação com os efeitos de sentido do modo de fazer-se sujeito da ciência, chegando nessa etapa à seguinte aproximação (o percentual é apenas ilustrativo):

Tabela 1. Distribuição das ocorrências de posicionamento sentido:

Tratamento	Ocorrências	Total	%	
1ª pessoa singular	1, 2, 7, 14, 14, 16, 20, 23, 24, 28, 30, 33, 36, 37, 40	15	34,88	
Impessoalidade	3, 11, 13, 15, 17, 25, 38	7	16,27	
1ª pessoa	[+ difuso]	8, 20, 21, 29, 31, 32, 34, 35	8	18,60
plural	[- difuso]	4, 5, 6, 9, 10, 30	6	13,95
Metáfora gramatical	12, 15, 18, 19, 22, 27, 39	7	16,27	

No caso da ocorrência de formas do Nós, fiz a distinção entre [+ difuso] e [- difuso]¹⁵; no primeiro tipo o Nós implica a inclusão de quantidade nem sempre distinta de sujeitos outros: os leitores ou quem quer que seja; no segundo, há uma aproximação ora com a singularidade (Eu), ora com um número restrito de sujeitos aí incluídos.

Um outro tipo de sutileza semântica, não facilmente caracterizável¹⁶, mas sensível, é a que ocorre nas formas de impessoalidade: aí também se pode registrar o efeito de difusão maior ou menor; no caso, [+ difuso] significa mais efeito de objetividade, mais distância: *a AD surge* (cf. recorte 17), *trata-se de* (25); [- difuso] significa efeito mais subjetivo: *É preciso lembrar* (3) [preciso lembrar], *pensando-se* (15) [eu], *reconhece-se* (17) [reconheço]¹⁷.

¹⁵ Inspirei-me em Benveniste (1966) quanto ao uso desse traço. Explorando as relações de pessoa no verbo, o autor diz que “a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa” (p. 235). Assim, “nós” acrescenta ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas de discurso. Quanto à “terceira pessoa” (não-pessoa), quando não é o predicado regular de um sujeito plural (*Os analistas dizem...*), realiza as mesmas funções que nas formas pessoais: exprime “a generalidade indecisa do se [on]” (p. 235), tal como em *Dizem que...* Daí Benveniste concluir: “no pronome pessoal o plural é fator de ilimitação, não de multiplicação” (p. 235, tradução minha).

¹⁶ Pela dificuldade de caracterização, preferi não fazer constar na tabela as seqüências que poderiam corresponder a esses efeitos, fornecendo apenas alguns exemplos, para reflexão.

¹⁷ Seguindo Benveniste (1966), vejo o *se* [+ difuso] como correspondente ao plural de “terceira pessoa” (*dizem*), quando indica generalidade indecisa; o *se* [- difuso] aproxima-se de *eu* (*eu digo*). Outras formas, porém, estão aí incluídas, manifestando a impessoalidade: *dizem* pode ser entendido também como um saber admitido e legitimado, como em (11) *A Análise de Discurso francesa [...] surge...*

Chama a atenção o número de formas de Eu marcadas no texto, e esse posicionamento fica enfatizado quando se observam as seis ocorrências de Nós [- difuso], pela possibilidade contextual de que aí ocorresse Eu, e as cinco mais sutis da “impessoalidade”.

Convém salientar que esse tipo de enquadramento não diz tudo o que um analista pode buscar de efeito-sujeito, considerando a partição clássica objetivo/ subjetivo e as primeiras incursões dos estudos da enunciação. O foco aqui é a perspectiva do pesquisador ao ver-se na injunção de apresentar relatórios de pesquisa, e a pergunta que os iniciantes costumam fazer diante do que estudam sobre metodologia científica.

Não se trata de considerar que as *marcas* visíveis no texto venham de uma fonte subjetiva com unicidade. A linearidade do texto não atesta de modo imediato seu modo de produção; por trás, ou aquém dele, há um espaço de regularidades que possibilita sua emergência e lhe dá sentido. Com respeito a esse espaço (formação discursiva), duas questões podem ser apresentadas: o sujeito (epistêmico, no caso) se reconhece nele, posicionando-se de acordo com as regras de produção? Ou o sujeito promove uma diferença, um deslocamento?

Relembrando o alerta de Orlandi sobre sua fala em primeira pessoa, fica claro que, se existe uma prática particular de qualquer cientista, constrói-se uma posição-sujeito que tem sua singularidade – tanto que a autora (como tal) pode dizer: “posso colocar algumas de minhas contribuições/construções teóricas que aponto como deslocamentos produtivos” (2001, p. 38). Sua voz, portanto, traz o traço de filiações teóricas, mas ela não fala do mesmo lugar. Como também é a voz do cientista, eu diria que o Eu do (no) discurso científico aparece como ponto de conflito entre o sujeito epistêmico e o sujeito locutor atado à função de autoria. O analista conjuga a episteme que a AD “elabora” (impessoalmente) com as escolhas específicas que o sujeito-que-se-vê-autor faz. É uma mixagem que, como diria Foucault, está ligada ao desejo e ao poder... para quem quer que seja. Ao dizer, o sujeito se significa. A dança possível entre formulações substituíveis deixam esse vestígio de posições que se alternam. Em uma semântica do discurso, o texto mostraria, por suas marcas, como o sujeito-autor procura resistir à ameaça de dispersão que seria provocada pela multiplicidade de formulações possíveis (cf. ORLANDI, 2001, p. 125).

Por outro lado, se ocorre um jogo entre Eu, Nós e SE (marcando este a impessoalidade, o que inclui a fala sobre o ELE – não-pessoa), existem certamente restrições contextuais e semânticas. Basta retomar um exemplo para mostrar isso:

FALAMOS a mesma língua mas FALAMOS diferente.

A autora não disse e não diz “Falo a mesma língua mas falo diferente”. A deriva (variação) que se presume nesse caso poderia ser: “A gente fala a mesma língua mas fala diferente”. Entretanto, esta é uma daquelas seqüências historicamente marcadas, que servem a uma repetição contínua em novos acontecimentos.

O Eu no (do?) discurso científico retrata, talvez, a rebeldia ao sujeito do saber, a não-conformidade à forma-sujeito histórica, e marca de certo modo o que se acrescenta, o contraste. O Eu que se desloca para Nós mostra a instabilidade no posicionamento, a negociação com o próprio espaço de “ordem”. Mas, admitindo-se que uma FD se reconfigura incessantemente, pode-se ainda falar de *regularidade* – tratando-se, então, de um movimento que não rompe aquele espaço. Um sujeito, como quer que se represente, pode ser visto como protagonista *no* discurso e ao mesmo tempo *do* discurso.

Uma partição subjetiva que pode se refletir nos textos propostos como científicos, por conta da função de autoria, é aquela que permite apreender o jogo entre o dizer e o dito: o ser falante (*parlêtre*, na psicanálise lacaniana) se posiciona quanto aos próprios ditos. Isso significa (paradoxalmente?) produzir um efeito de objetividade: “[...] não há discurso que prossiga sem, continuamente, colocar entre aspas o dito anterior. Sempre que se constitui, em seqüência significante, o dito como anterior, entra-se na objetividade: ‘isso é o que eu disse antes, mas agora vou dizer outra coisa’.” (MILLER, 1997, p. 240). Saliento isso para mostrar como, nos recortes em análise, a autoria produz um movimento em (pelo menos) dois planos: ***A análise de discurso trabalha o efeito ideológico,...*** / ***Em meu trabalho, a dispersão e a incompletude são tratadas...***

8 O SUJEITO EPISTÊMICO E O PESQUISADOR

Passando dessa experiência a uma questão mais pragmática, retomo a pergunta motivadora: o pesquisador pode dizer-se Eu sem fugir ao “rigor” do relato na formação discursiva concernente à disciplina científica?

Parece, aos iniciantes, pretensioso pensar nessa generalização: “eu fiz essa pesquisa”, sobretudo ao se verem obrigados a consultar uma razoável lista

de autores originais e de comentadores – também injunção metodológica (como emergir num oceano de pensadores?). Mas uma coisa é certa: eles serão avaliados pelo que fizeram com esse material, pelo tema desenvolvido, pelas questões formuladas, pela estrutura do trabalho, e também pela adequação de sua linguagem – enfim, pelo que se esperava deles considerando um corpo disciplinar. Serão julgados por sua correspondência às características da *forma-sujeito* desenhada no espaço de seu campo de trabalho. É com base nisso que o conselho mais comum se formula mais ou menos assim: “Utilize a 3ª pessoa, seja impessoal”. Ser impessoal seria deixar de lado tanto quanto possível a marcação de sua “pessoalidade” como sujeito discursivo. Mas sempre se espera um mínimo de criatividade, originalidade – em outras palavras, de deslocamento. Como forjar-se essa posição? Ao iniciar seu relatório de pesquisa, o iniciante se vê cheio de dúvidas.

Para não falar de modo genérico, trago aqui um caso de estudante de mestrado desenvolvendo a dissertação. Havia muitas dúvidas quanto à “pessoa” a usar ao escrever. Ela não sabia como posicionar-se nesse mundo: *Quando iniciei a introdução tinha me colocado como a autora do texto, pois falava do problema em estudo e estava justificando sua relevância. Porém, como o restante estava no impessoal passei a escrever: A pesquisadora.... Está correto?*

Sintetizando, afirmo que seria possível dizer *a pesquisadora* onde constava *eu*, e relatar tudo em terceira “pessoa” (não-pessoa, aliás). Mas nesse caso não devia ocorrer *nós* para referir-se a si, o que seria incoerente (esta é uma indicação normativa). Esclareci que há outros *nós* que se referem a um conjunto de pessoas difuso, indeterminado, incluindo o relator, e que não causam problema (um exemplo: *Sabemos que os alunos têm dificuldade em matemática*). Por outro lado, se usasse *eu* nas partes específicas de motivação da pesquisa, objetivos, coleta de dados, escolha de método, nada impediria que continuasse usando *nós* quando se tratasse de um conjunto difuso de pessoas. É que *eu*, na verdade, não caberia nessa circunstância. Quanto ao uso, também freqüente nos trabalhos, de formas com *se*, como em *fez-se*, *sabe-se*, *coletou-se*, *notou-se* (no presente, no futuro ou no pretérito), não é incompatível com o *eu* de certas passagens: *notou-se* vale por *foi notado*, que, com referência ao relator que usa *eu*, corresponde a “*foi notado por mim*”, embora a última parte não seja explicitada.

Em suma, quem se assume como *eu* não vai, por isso, expulsar todas as outras formas; vai tratar de distribuí-las em torno dela: ela é a dominante e se diferencia semanticamente das outras. Quero dizer, o emprego é diferente. Mais temerário, aliás, seria tentar uma terceira “pessoa” generalizada, porque certas

diferenças semânticas acabam ficando prejudicadas. Se *a pesquisadora* for usado remetendo a quem relata, pode haver alguma confusão quando a expressão remete a uma pessoa outra; *coletou-se*, nessa forma “impessoal”, poderia estar de fato no lugar de *coletei*, mas também poderia corresponder a *alguém coletou*. Essas pistas, num relatório científico, estariam apontando a violação de normas de precisão e de coerência. Do ponto de vista discursivo, poderiam ser interpretadas como pontos de dispersão do sujeito, deslocamento (de uma norma já relativizada), mas também, depois de uma intensa circulação, um desdobramento da figura da forma-sujeito, reconhecidamente heterogênea. Pode-se observar que essas instruções dizem respeito a um domínio disciplinar, a uma imagem institucional, ainda que haja divergências na comunidade discursiva que aí transita.

E é nesse ponto que um já-dito complementa o que se articula aqui. Possenti (2002), partindo do princípio de que “o sistema de produção dos enunciados científicos não está ligado à subjetividade” (p. 240), afirma que isso não significa que não haja sujeitos no fazer científico. Um lugar de subjetividade

[...] é o trabalho. O discurso científico não *se dá*. Há sujeitos que produzem hipóteses, que inventam experimentos, que recusam hipóteses quando os fatos não as suportam, ou teimosamente as mantêm, apesar dos fatos. Claro que os sujeitos fazem isso no interior de uma certa conjuntura. O próprio trabalho de eliminação da subjetividade é um trabalho dos sujeitos (POSSENTI, 2002, p. 240).

Mutatis mutandis, dado o contexto particular da discussão de Possenti, diria que, ainda que afastada a experiência *imaginária* (deslocamento do senso comum), pré-condição do fazer científico, nesse espaço sobra um lugar em que o sujeito pode atuar como Eu, ou melhor, ele pode retornar, emergir, alternando a posição-cientista estrita com a que dele fica – como se poderia dizer – à “margem” da FD. Essa posição talvez coincida com a que se identifica como autoria. E funciona, a meu ver, como um elo pragmático, como uma espécie de negociação com o apagamento subjetivo – no sentido do “rechaçamento” do sujeito do espaço da ciência. Representa, no discurso da ciência, uma marca de sua entrada, sua ancoragem – certamente não como fonte, não como princípio de sentido e de transparência.

Um “mesmo” texto pode ser reformulado por um sujeito (em posição-autor), que produzirá várias versões, na busca de unidade e coerência – embora se reconheça que, do ponto de vista discursivo, a incompletude permanecerá.

A questão que pode emergir nessas circunstâncias (tanto para o cientista como para o iniciante) está relacionada com a aceitação ou a não-aceitação pela(s) comunidade|s) discursiva(s) em que os relatórios circulam. Dentro de um mesmo espaço-tempo, como enfatiza Auroux (cf. 1998, p. 22), fazendo referência à *hiperlíngua*, os sujeitos de discurso podem ser mais tolerantes ou menos tolerantes. Cabe acrescentar, lembrando Foucault, que o espaço de uma disciplina reatualiza permanentemente suas regras. Assim, no texto focalizado, do qual recortei seqüências significativas, observa-se que a forma-sujeito à qual se acha associado, estabelecendo posições possíveis, apresenta-se heterogeneamente: a autora, ao materializar sua fala na primeira pessoa do singular, não deixa de fazer intervir formas de “neutralização” tais como preconizadas pela metodologia da ciência.

9 CONSIDERAÇÕES

A alternância de papéis não parece, mesmo no rigor da prática científica, fazer desaparecer essa figura que, embora às margens do espaço discursivo, dá o tom – ainda que o que reste dela, no curso do tempo, seja esse tom (o *como*). Assim, diria, utilizando a noção de *incorporação* da abordagem de Maingueneau (cf. CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, verbete correspondente), que o discurso científico pode “dar corpo” a seu enunciador, que funciona como “aval” (fonte legitimadora) para um leitor-destinatário que, por sua vez, “incorpora” esse modo de ser. Esta é uma forma de funcionamento do *ethos*, que corresponde a como se dá a “apresentação de si” na interação discursiva: aí ele marca sua relação com um saber.

O Eu do cientista é, de certa forma, também um excesso, aquilo que transborda, e funcionaria (metaforicamente) como *inciso*. A considerar a distinção que Orlandi (2001) faz entre interdiscurso como memória ligada ao “esquecimento” (memória fluida, digamos) e aquela ligada à intertextualidade (memória de arquivo), que presume a percepção e o trabalho com as formulações de outrem, parece justo dizer que aqui há *alusão*¹⁸ (cf. 2001, p. 214, nota 3). E, finalmente, esse excesso aparece como uma assinatura duplicada.

¹⁸ “Considero a alusão quando podemos reconhecer nela o funcionamento da intertextualidade – formulações que remetem a outras formulações – e não o efeito do interdiscurso, onde as formulações já não são percebidas como tal, em seus limites, pois estes não são mais representáveis” (ORLANDI, 2001, p. 214, nota 3).

Nesse sentido, vejo aqui uma outra face daquilo que Possenti (2002) chamou “subjetividade mostrada”, que está relacionada exatamente com o acontecimento discursivo. Assim, se há lugares em que tipicamente o discurso do outro se sobressai, também há aqueles em que “é visível o trabalho do eu” (p. 64). Possenti se refere a textos que são construídos com base em outros muito estereotipados, mas que, como novos acontecimentos, recebem a inscrição de um sujeito que trabalha sobre eles. Um tipo comum envolveria textos que trazem asserções aceitas por todos, como provérbios, máximas, sentenças (nos quais aparece citada a voz anônima da sabedoria popular) – mas que são “subvertidos” para produzir algo novo (tal como em *Em terra de cego, quem tem um olho é caolho*).

Mais adiante, o autor observa que não se pode tratar igualmente todos os tipos de discurso, e que deve ser diferente o papel do sujeito na situação descrita acima e naquela que se verifica no discurso científico. Eu diria que o funcionamento é diferente, mas no caso do Eu do discurso científico, considerando a reflexão que aqui desenvolvi, há alguma evidência de que ele aparece por contraste, ainda que em posições alternativas Eu/Nós/Se (negociadas, digamos). Isso me faz pensar na propriedade da expressão de Possenti, de que há “um regime de coexistência e ultrapassagem entre discursos”¹⁹ (p. 73), proposição que não nega a historicidade, nem a ideologia na linguagem – ao contrário, reafirma-a. Afinal, tal como especificou Pêcheux em seu último trabalho (*Le discours: structure ou événement?* (cf. MALDIDIÉ, 1990), ao mesmo tempo que depende das “redes de memória”, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos [...] não há identificação plenamente “bem sucedida”, isto é, elo sócio-histórico que não seja afetado, de um modo ou de outro, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo...” (p. 322-323).

Entre a “ordem do discurso” e a organização textual há

[...] um espaço difuso, de indecisões, de limites fluidos. A não sobreposição perfeita, o ajuste inevitável entre discurso e texto resulta na multiplicidade possível de sentidos, atestando mais uma vez a abertura do simbólico, deixando ver os pontos de subjetivação do indivíduo interpelado em sujeito. (ORLANDI, 2001, p. 113)

¹⁹ E acrescento eu: por extensão, entre sujeitos.

Esse recorte mostra que há um conflito entre certa imagem (negativa) da subjetividade no domínio da ciência, associada a procedimentos relativos a como o cientista deve relatar suas pesquisas, e a concepção de subjetividade em AD, menos fluida e determinística hoje que quando a teoria começou a explorar o “assujeitamento”. A idéia de sujeição à ideologia e ao inconsciente não tira, teoricamente, a importância da subjetividade: o sujeito (como figura discursiva) é encarado em sua fragmentação; ele se integra no funcionamento dos enunciados, e sua aparente unicidade se desdobra em posições possíveis no tecido social. Desse modo, a própria forma de fazer ciência sofre um (segundo) deslocamento nesse domínio, deslocamento que é consequência de uma elaboração teórica.

Retomo a questão principal, assim desdobrada, para propor uma síntese:

- a) O pesquisador pode dizer-se “eu” sem fugir ao “rigor” do relato na formação discursiva concernente à ciência que desenvolve? Quais as implicações disso?
- b) Quem o “Eu” do relato representa, no momento da enunciação, considerando o que se entende pela prática científica?

Se, como expressa Miller (1992), a teoria científica devia aferrar-se ao significante, separado da significação imaginária; se ao cientista cabe liberar-se do envolvimento imaginário dos discursos, devendo isso refletir-se na prática recomendada de impessoalidade, observa-se a tendência, pelo menos nas ciências humanas, a marcar essa posição por uma variação, na qual Eu tem lugar, ainda que se deva compreender qual a função discursiva específica da ocorrência morfossintática do Eu, e sua distribuição relativamente a Nós e Se – estabelecendo um jogo, afinal, em que as posições (vozes, perspectivas) aparecem relativamente demarcadas. Em relação ao corpo disciplinar, não se trata mais meramente de *pode/não pode*, porque ocorre aí uma dinâmica, bem visível nas polêmicas que se têm estabelecido. As disciplinas deslocam, portanto, o seu modo de “serem verdadeiras”. A função de autoria seria um modo de resistência – à margem do espaço discursivo, ela refaz sua entrada e dá o tom: seu aval (*le garant*, como diria Maingueneau). Esse “efeito-autor” se dá como uma face da singularidade. Do ponto de vista da disciplina, o Eu do cientista se dá como um “excesso” que tateia em busca da normalidade – e que, portanto, se provoca um conflito, também se movimenta no espaço de *regularidade* da disciplina.

Por que isso seria negado ao pesquisador iniciante?

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ŽŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n. 1, p. 17-30, jan./jun. 1998.
- BENVENISTE, Emile. Structure des relations de personne dans le verbe. In: _____. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1966. p. 225-236.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dictionnaire d' Analyse du discours**. Paris: Seuil, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan – O inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- _____. **Introdução à leitura de Lacan – Estrutura do sujeito**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **L' ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 13-38.
- INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 70-81.
- JAKOBSON, Roman. Linguistique et poétique. In: _____. **Essais de linguistique générale**. V 1: Les fondations du langage. Paris: Editions de Minuit, 1963. p. 209-248.

Sujeito epistêmico e materialidade do discurso:...

LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 20: Mais, ainda.** 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.

_____. **O seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** 2 ed. corrigida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo:** seus fundamentos culturais e sociais. 2. ed. Tradução Fernando Limongeli Gurgueira. São Paulo: Ícone, 1990.

MALDIDIER, Denise. **L' inquiétude du discours.** Textes de Michel Pêcheux. Paris: Editions des Cendres, 1990.

MILLER, Jacques-Alain. **Percursos de Lacan: uma introdução.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. **Lacan elucidado:** palestras no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 163-252.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso.** Curitiba: Edições Criar, 2002.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica.** Tubarão: Ed. da UNISUL, 2002.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais:** o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. São Paulo: Record, 1999.

Recebido em 25/09/03. Aprovado em 15/11/03.

Title: Epistemic subject and discourse materiality: the effect of singularity

Author: Maria Marta Furlanetto

Abstract: I propose to reflect about subjectivity as developed in the framework of Discourse Analysis (DA), and answer to the following questions: can the researcher say himself “I” in his report considering the discursive formation associated to the scientific field? Who does this “I” represent at the moment of the enunciation? For that, I examine the concept of “science”, explore DA as a scientific knowledge, and analyze a text focusing the way the researcher appears in his report. I conclude by noting that: a) the scientific discourse can “give shape” to his enunciator, which acts like “aval” for a reader-addressee. b) The “I” of the scientist is, in a way, an excess, appearing as a duplicated signature; c) In spite of causing a conflict, it also moves in the space of *regularity* of the discipline.

Keywords: subjectivity; scientific discourse; scientist.

Titre: Le sujet épistémique et la matérialité du discours: l’effet de la singularité

Auteur: Maria Marta Furlanetto

Résumé: Je propose une réflexion sur la subjectivité telle qu’elle a été développée dans le domaine de l’Analyse du Discours (AD), et j’essaie de répondre à ces questions: le chercheur peut-il référer à soi-même par Je dans un rapport scientifique, vis-à-vis de la formation discursive y impliquée? Qui est représenté par ce Je au cours de l’énonciation? Pour ce faire, j’examine le concept de “science”, j’explore l’Analyse du discours en tant qu’un savoir scientifique, et je propose d’analyser un texte pour examiner la façon dont le chercheur s’y insère. Voici les conclusions: a) Le discours scientifique peut “donner corps” à son énonciateur en tant que celui-ci est le “garant” pour un lecteur-destinataire; c) Le Je du scientifique est, en quelque sorte, un excès, survenant comme une double signature; c) En dépit de la possibilité de provoquer un conflit, le Je se déplace aussi dans l’espace de régularité de la discipline.

Mots-clés: subjectivité; discours scientifique; scientifique.

Título: Sujeto epistémico y materialidad del discurso: el efecto de singularidad

Autor: Maria Marta Furlanetto

Resumen: Me propongo a reflejar sobre la subjetividad tal como desarrollada en el cuadro de Análise del Discurso (AD), y a responder a las siguientes preguntas: ¿el investigador puede decirse “Yo” en el relato, considerando la formación discursiva asociada a la disciplina científica? ¿Quién ese “Yo” representa, en el momento de la enunciación? Para eso, examino el concepto de ciencia, exploro la AD como saber científico y propongo el análisis de un texto, focalizando el modo de inserción del investigador en su relato. Concluyo observando que: a – El discurso científico puede “dar cuerpo” a su enunciador, que funciona como “aval” para un lector – destinatario; b – El yo del cientista es, de cierta forma, un exceso, aquello que transborda del campo de la disciplina – apareciendo como una firma duplicada; c – A despecho de provocar un conflicto, también se movimenta en el espacio de regularidad de la disciplina.